



Panamá, Iraque, Iugoslávia: Os Estados Unidos e as guerras coloniais do século XXI*

CRÍTICA
marxista

ARTIGOS

DOMENICO LOSURDO**

1) Uma bancarrota intelectual e moral

Há, sobre a terra, um povo que não hesitou em assumir as despesas, as fadigas e os perigos de uma guerra pela liberdade dos outros povos. Não o fez por vizinhos ou próximos ou moradores do mesmo continente. Não! De fato, esse povo singrou pelos mares para impedir que, em todo o mundo, existisse uma forma de governo injusto e para fazer que, por toda parte, pudesse reinar a lei e o direito humano e divino.

O texto citado faz referência a uma intervenção militar nos Bálcãs, mas quem assim se exprime não é um medíocre ideólogo da guerra de nossos dias mas o grande Tito Lívio, celebrando a missão de Roma, que além de “ajudar” a Grécia, não hesitou em destruir Corinto e despojá-la de suas esplêndidas obras de arte.¹ Cícero exprime seu pesar por essa destruição, que gostaria de ver reservada aos bárbaros de Cartago e da Numância, mas insiste que o expansionismo romano é sinônimo não de um mando egoísta (*imperium*) mas de uma benévola “tutela (*patrocinium*) do mundo”.²

Saltemos dois milênios. No decorrer da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha de Guilherme II lança a palavra de ordem do “imperialismo étnico”, chamado a expandir-se e a intervir com o objetivo de “garantir a liberdade e

* Tradução do italiano de Maryse Farhi

** Professor de Filosofia da Universidade de Urbino, Itália.

1. *Ad urbe condita*, 33,33, *apud* Ugo Dotti, “Noterelle e schermaglio”. In *Belfagor*, fascículo V. 1999 (o autor esconde-se sob um pseudônimo).

2. *De Officiis*, I, 35 e II, 27.

a ordem”, o “direito”, os “fins da humanidade”. A ideologia “humanitária” e “ética” atravessará profundamente a história da tradição colonial e imperial, a história da dominação enquanto tal.³

Na ânsia de devolver a “paz” aos Balcãs, ocorreu um episódio revelador que, por algum tempo, suscitou temores de um embate militar entre a Otan e a Rússia: “segundo indiscrições de Londres, partiram, dos arredores de Pristina, tropas de elite com ordens de atirar nos russos se, de fato, tivessem tentado aterrissar”.⁴ Assim, correu-se o risco de uma guerra tendo como protagonistas “forças de paz” de um lado e de outro. Também a rivalidade entre as grandes potências, empenhadas em assegurar a “paz” e a expandir a “civilização” e o “direito”, bem longe de constituir uma novidade, é uma constante do imperialismo.

Mas então, como explicar o fato que amplos setores da esquerda europeia tenham levado a sério a ideologia da guerra da Otan, ou tenham dado provas de timidez e de incerteza ao criticá-la? No entanto, teria bastado folhear a imprensa internacional para dar-se conta do caráter instrumental da criminalização em mão única dos sérvios: “não faz muito tempo, eram os albaneses do Kosovo que reprimiam os sérvios do Kosovo e comandavam uma horrível limpeza étnica”;⁵ “a fama de brutalidade da UCK, sobre a qual se passou por cima, nos últimos meses, quando o grupo foi um cômodo aliado da Otan”, encontra novas confirmações no terror que ele vem desencadeando não somente contra os sérvios mas, também, contra os ciganos.⁶

O acaso tem se mostrado particularmente irônico em relação aos ex-comunistas. A partir da crise e da dissolução do “campo socialista”, não se cansaram de recitar seu bravo *mea culpa*; cometeram o erro de tomar parte do movimento que, em nome de uma substancial justiça superior, tinha desprezado e pisoteado o formalismo da norma jurídica e das regras do jogo. A lealdade atlântica os obriga, agora, a retornar, no plano teórico, às posições iniciais: diante da justiça substancial de respeito aos direitos humanos, não contam nada o direito internacional, a carta da ONU nem mesmo o próprio estatuto da Otan. Surge novamente a questão de fundo: como explicar essa

3. Domenico Losurdo, “Dal Medio Oriente ai Balcani. L’alba di sangue del ‘secolo americano’”. In: Domenico Losurdo, Pier Franco Taboni, Claudio Moffa e Andrea Catone, *Dal Medio Oriente ai Balcani. L’alba di sangue del “secolo americano”*, Nápoles, La Città del Sole. 1999, p. 23-6.

4. Francesco Grignetti, “Lampo di guerra fredda sul Kosovo”. *La Stampa*, 12 de junho de 1999, p. 3.

5. Stephen S. Rosenfeld, “Look again: Resiste the Temptation to Demonize Serbs”. *International Herald Tribune*, 29 de março de 1999, p. 10.

6. John Wand Anderson, “German Raid Disarms Rebels Suspected of Beating Gypsies”. *International Herald Tribune*, 19-20 de junho de 1999, p. 5.

bancarrotas intelectual e moral, que não poupou sequer aqueles que vêm sendo considerados os *maîtres à penser* da esquerda e de toda a pátria?

2) 1989-1999: uma década trágica

Convém dar um passo atrás. Quem não se lembra dos discursos entusiasmados que, em 1989, acompanharam a queda do Muro de Berlim e a dissolução do “campo socialista”? Dissipavam-se as angústias da Guerra Fria junto com o século XX, século horrível iniciado com a Revolução de Outubro e por ela marcado. Teria acabado de vez a história com suas contradições e seus conflitos. Poucos meses depois, teve lugar a invasão do Panamá, precedida de intenso bombardeio, desencadeada sem declaração de guerra e sem aviso prévio: bairros intensamente povoados surpreendidos durante a noite pelas bombas e pelas chamas. São centenas, mais provavelmente milhares, os mortos, em sua grande maioria “civis, pobres e de pele escura”; são pelo menos 15 mil os desabrigados. Trata-se do “episódio mais sanguinário” da história do pequeno país.⁷

Pouco mais de um ano depois foi a vez da Guerra do Golfo. Naquela ocasião, os Estados Unidos não hesitam em “exterminar os iraquianos, já em debandada e desarmados”;⁸ ou mais exatamente, exterminam-nos “depois do cessar-fogo”.⁹ Um horrível crime de guerra para o qual ninguém invocou qualquer punição: como sempre, e por definição, o *jus publicum europaeum* não vale para os “bárbaros” e os povos coloniais.

De forma análoga, desencadeou-se a guerra contra a Iugoslávia: os bombardeios aéreos tiveram por objetivo, em primeiro lugar, a destruição sistemática da infra-estrutura industrial e civil; sequer hesitaram em assassinar os jornalistas e empregados da TV sérvia. Junto com as bombas, também caíram do céu folhetos bastante significativos. Aqueles que Gramsci teria chamado os “super-homens brancos” e “defensores do Ocidente”, intimavam suas vítimas a “levantar os olhos para o céu, porque amanhã, provavelmente, não o verão mais”.¹⁰ Não há dúvida de que se tratava de uma guerra colonial. Mesmo tendo-se declarado de acordo com a concessão de uma ampla autonomia para o Kosovo, o governo Milosevic teria cometido o erro de rechaçar o *diktat* de Rambouillet, que previa não só a amputação das regiões-berço da civilização sérvia mas a transformação de toda a Iugoslávia em um

7. Kevin Buckley, *Panama, the whole story*, Nova York, Simon & Schuster, 1991, p. 240 e 264.

8. Giorgio Bocca, “Dimenticare Hitler...”. *La Repubblica*, 6 de fevereiro de 1992.

9. *Corriere della Sera*, 9 de maio de 1991.

10. *La Stampa*, 1999.

protetorado da Otan, cujas forças militares teriam garantidas plena liberdade e imunidade.

Portanto, no decorrer de uma década, assistimos a três guerras coloniais. A essas, deve-se acrescentar o capítulo representado pela disputa na África entre os Estados Unidos e a França, com as tentativas do primeiro de substituir o segundo no controle de uma de suas tradicionais áreas de influência. Já em 1992, um jornalista descrevia a luta em curso na África da seguinte forma: “As duas únicas grandes potências [Estados Unidos e França] que hoje exercem uma influência direta no continente, disputam aquele mercado, mesmo às custas de exacerbar os conflitos entre as facções em luta em diversos países. Apóiam uma ou outra dessas facções, conforme sejam consideradas mais idôneas e aptas a salvaguardar seus respectivos interesses.”

É nesse contexto que é necessário colocar as sucessivas catástrofes verificadas em Ruanda. Esse segundo capítulo da História não é menos trágico que o primeiro. O ano 1989 pode bem ser o divisor de águas entre o século XX e o XXI. Mas, contrariamente a tudo aquilo que sustentavam e sustentam os arautos do fim da História, o novo século, como demonstra a década ainda em curso, não promete nada de bom.

3) A reabilitação do colonialismo e do imperialismo: o revisionismo histórico em ação

As guerras coloniais que se verificaram ou estão ainda em curso não constituem surpresa. Em 1992, Popper extraía da Guerra do Golfo uma consideração de caráter geral: “Libertamos esses Estados [as ex-colônias] com excessiva pressa e de forma simplista”; é como “abandonar um asilo infantil a si mesmo”. No ano seguinte, o *New York Times* publicava um artigo que parecia lançar um programa e uma palavra de ordem: “Finalmente retorna o colonialismo, já era hora”. O autor, o historiador Paul Johnson, celebrava o “*revival* altruístico do colonialismo”.¹¹

Com menos preconceitos, na Itália um professor de estratégia e general dos regimentos alpinos punha ênfase nos “benefícios concretos” alcançados pelas grandes potências em suas intervenções de “recolonizações” e de “colocação sob administração fiduciária, mandato ou protetorado internacional” deste ou daquele país do Terceiro Mundo. O general docente exprimia-se com franqueza de caserna: “O emprego da força que uma vez chamava-se guerra, foi chamado defesa durante a Primeira Guerra Mundial por uma questão de *public relations* (...) Agora, chama-se também operação

11. Domenico Losurdo, *Il revisionismo storico, problemi e miti*, Roma-Bari, Laterza, 1996, p. 128-9.

de polícia internacional ou *peace-keeping*, de *peace-making*, *peace-enforcing*". Bem longe de ter qualquer sentido crítico, tais observações constituíam os fundamentos de um pedido de modificação da Constituição em nosso país, a qual "a este respeito, está ultrapassada".¹² Mas, como demonstra a guerra nos Bálcãs, mesmo que não se consiga modificá-la, a Constituição pode ser ignorada ou violada.

Assistimos, agora, a um salto qualitativo. Enquanto trovejavam os bombardeios sobre a Iugoslávia, um artigo do *New York Times*, retomado depois pelo *International Herald Tribune*, os justificavam assim: "Só o imperialismo ocidental — bem poucos admitem chamá-lo pelo nome — pode, nesse momento, unir o continente europeu e salvar os Bálcãs do caos".¹³ Assim, tanto o colonialismo quanto o imperialismo conhecem sua reabilitação: mais que nas salas de aula universitárias ou nas redações dos jornais, o revisionismo histórico alcança sua consagração nas guerras coloniais em curso.

4) Missão imperial e controle das "zonas intermediárias"

Os protagonistas das guerras coloniais do século XXI parecem ligados por laços de indissolúvel unidade. Nem por isso, devemos perder de vista as fricções e as contradições internas. Para discerni-las, basta guardar em mente as missões que os dirigentes americanos reivindicam para seu país e só para seu país. Na convenção de seu partido que o consagrou candidato republicano para as eleições de 1988, George Bush declarava: "Eu vejo a América como líder, como a *única* nação com um papel especial no mundo". Leiamos agora o discurso de posse de Bill Clinton: a América é "a mais antiga democracia do mundo". O silêncio sobre o genocídio das populações indígenas e sobre a escravidão dos negros (que, no momento da fundação dos Estados Unidos da América, constituíam 20% da conjunto da população) é o silêncio típico dos mitos fundamentais dos impérios. Com efeito, a conclusão é explícita: a América "deve continuar a guiar o mundo", "nossa missão é atemporal". Escutemos, por fim, Henry Kissinger: "a liderança mundial é inerente ao poder e aos valores americanos". A liderança é reivindicada com o olhar lançado às grandes potências ocidentais. Inclusive elas são advertidas a não pôr em discussão a primazia moral, civil e militar da única "nação indispensável", para, dessa vez, usar a expressão cara à senhora Albright.

12. Carlo Jean, "'Guerre giuste' e 'guerre ingiuste', ovvero I rischi del moralismo". *Limes, Rivista Italiana di Geopolica*, nº 3 (junho-agosto), 1993, p. 257-271.

13. Robert D. Kaplan, "A Nato victory can bridge Europe's growing divide". *International Herald Tribune*, 8 de abril de 1999, p. 10.

Vem à mente a observação feita, quando se instaurou a Guerra Fria, por Mao Tsé-tung, segundo a qual a visão bipolar do mundo distorcia a complexidade das relações e das contradições internacionais. No decorrer de uma conversa com uma jornalista americana de orientação comunista (Anne Louise Strong) em agosto de 1946, o dirigente comunista declarava:

Os Estados Unidos e a União Soviética estão separados por uma vasta zona, que compreende numerosos países capitalistas, coloniais e semi-coloniais na Europa, na Ásia e na África. Até o momento em que os reacionários americanos tenham sujeitado esses países, um ataque contra a União Soviética está fora de questão. [Os Estados Unidos] controlam, há muito tempo, a América Central e do Sul e buscam dominar, igualmente, o império britânico inteiro e a Europa Ocidental. Sob vários pretextos, os Estados Unidos adotam medidas unilaterais em larga escala e instalam bases militares em muitos países [...] Atualmente [...] não é a União Soviética, mas os países onde essas bases militares estão instaladas que são os primeiros a sofrer a agressão dos Estados Unidos.¹⁴

Foi assim, agitando a bandeira da cruzada anti-soviética, que os Estados Unidos submeteram a seu controle seus próprios “aliados”. Para esses últimos, o fim da Guerra Fria representava a ocasião de esgueirar-se de uma tutela já privada de qualquer justificação. Há alguns anos, um autor que contava com prestigiosa carreira diplomática em seu currículo, conclamava a Itália a “corrigir” suas relações desiguais com os Estados Unidos: “o país é vassalo da América”. Era necessário pôr novamente em discussão ou repensar a própria presença militar estadunidense sobre nosso território: “Hoje, podem ocorrer situações nas quais as bases sejam empregadas pelos americanos para objetivos que não correspondem aos interesses italianos [...] As bases acabaram por se tornar o ponto nevrálgico das relações ítalo-americanas”.¹⁵

Podemos assim entender melhor o significado da agressão contra a Iugoslávia. Os Estados Unidos atualizaram a estratégia seguida no decurso da Guerra Fria. Estimulando a instabilidade nos Bálcãs e agitando o espectro da instabilidade na Rússia, por um lado reforçam o assédio ao país que tomou o lugar da União Soviética enquanto, por outro lado, continuam a impor seu controle aos aliados europeus. Procedem de forma análoga na Ásia: o “perigo amarelo” e “totalitário” constitui o pretexto para construir uma espécie de Otan asiática, que tem por objetivos simultâneos a “contenção” da China e o reforço da hegemonia estadunidense até sobre o Japão.

14. Mao Tsé-tung, *Opere scelte*, Pequim, Edições em língua estrangeira, v. VI. 1975, p. 95-6.

15. Sergio Romano, *Lo scambio ineguale. Italia e Stati Uniti da Wilson a Clinton*, Roma-Bari, Laterza. 1995, p. 70 e 66-7.

5) O bombardeio da embaixada chinesa e os objetivos do imperialismo dos Estados Unidos

Um dos momentos cruciais da guerra contra a Iugoslávia foi o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado. Trata-se realmente de um acidente? A dúvida é lícita: “a explicação até agora oferecida — o emprego de um velho mapa da capital iugoslava — não convence, porque nenhum edifício existia antes no parque onde foi construída a embaixada”.¹⁶ Um fato é certo: “a China continua sendo o último grande território a fugir da influência política americana, constitui a última fronteira a ser conquistada”.¹⁷ O “acidente” revela-se, então, sintomático dos objetivos estratégicos perseguidos por Washington; é o momento culminante da campanha antichinesa em curso desde 1989. Muito mais do que uma réplica à repressão da praça Tien An Men, essa campanha é uma conseqüência da mutação geopolítica que se verificou após a queda do “campo socialista”.

Retornemos ao ano que assinala o triunfo dos Estados Unidos na Guerra Fria e o divisor de águas entre os séculos XX e XXI. Não são somente os dirigentes chineses que chamam a atenção sobre o papel dos serviços secretos nos acontecimentos ocorridos há dez anos. Uma facção dos “dissidentes” refugiados nos Estados Unidos acusa a outra de ter sido nada mais que um enxame de “espiões”.¹⁸ Responsabilizam os expoentes “radicais” de ter querido impedir a todo custo o acordo com as autoridades chinesas, sabotando e violando a decisão tomada pelos próprios manifestantes e por seus representantes de evacuar a praça até 30 de maio de 1989. Era necessário “derrubar” o governo como tinha acontecido ou estava acontecendo em uma série de países da Europa Oriental. Circulam, a esse respeito, documentos julgados “comprometedores” em uma revista americana não passível de suspeitas de simpatia filochinesa.¹⁹

A repressão na praça Tien An Men que, apesar de sua brutalidade, serviu para evitar à China uma tragédia de tipo iugoslavo, é um tema recorrente da cruzada “humanitária” que permeia a ofensiva geopolítica desencadeada pelos dirigentes dos Estados Unidos contra a República Popular da China. Eles esquecem que, na história de seu país, ocorreu um episódio que apresenta muitas semelhanças com o que se verificou na praça Tien An Men.

16. Renato Ferraro, “L’America ci tradisce”. *Corriere della Sera*, 14 de julho de 1999, p. 4.

17. Alfredo G. A. Valladão, *Le XXI siècle sera américain* (1993), trad. it. de Francisco Sircana, *il XXI secolo sarà americano*, Milão, Il Saggiatore, 1996, p. 241.

18. Renata Pisu, “Un fantasma si aggira per la Cina”. *La Repubblica*, 2 de junho de 1999, p. 41.

19. Ian Buruma, “The beginning of the end”. *New York Review of Books*, 21 de dezembro de 1995, p. 4-9.

Em 1932, em pleno período da grande crise, “cansados de ver as crianças esqueléticas por só disporem de farináceos endurecidos e café preto para se alimentar”, e com o objetivo de solicitar o pagamento de indenizações que lhes tinham sido prometidas, cerca de 20 mil veteranos de guerra convergiram para Washington com suas mulheres e filhos. Tratava-se de uma manifestação absolutamente inócua no plano político, dado que nela participavam fervorosos anticomunistas ainda tomados do sentimento da glória conquistada pelos Estados Unidos no decorrer da Primeira Guerra Mundial. Apesar disso, mal os veteranos “começaram a reunir-se nos arredores do Capitólio, a administração queria empregar as metralhadoras com as quais tinha recebido os manifestantes comunistas contra a fome no mês de dezembro anterior”. O recurso à força militar foi então momentaneamente evitado. Mas diante da tenacidade dos participantes nas demonstrações que resistiram por dois meses, as autoridades, que já estavam à procura de “um incidente que pudesse justificar a declaração da lei marcial”, tiraram proveito de um insignificante enfrentamento para decidir a intervenção das tropas federais: desencadeou-se assim, para citar um jornal americano da época, “a caça com veículos blindados a homens indefesos, mulheres e crianças”. Dirigiam as operações em vários níveis o general MacArthur, o então major Eisenhower e o então oficial Patton, os futuros “heróis” da Segunda Guerra Mundial.²⁰ Porém, mais uma vez, as obliterações históricas revelam-se funcionais para as ambições e as cruzadas imperiais.

6) A desorientação da esquerda diante de uma contra-revolução global

Nesse ponto, deixando-se de lado as amenidades sobre o fim da História, uma questão se impõe: o período 1989-1991, que dá início ao século XXI, é realmente sinônimo de “revolução democrática” como, habitualmente, se acredita e afirma? Já emergiu com clareza um macroscópico aspecto contra-revolucionário: a recolonização do Terceiro Mundo e dos Bálcãs. Duas das guerras coloniais das quais falamos ainda estão em pleno desenrolar. O Iraque continua sendo martirizado sem piedade. Não se trata somente dos bombardeios que realizam exercícios de tiro ao alvo na denominada *no fly zone*, decretada mais uma vez fora dos quadros de qualquer legalidade internacional. Oficialmente imposto para prevenir o acesso dos países árabes às armas de destruição em massa, o embargo ao Iraque, “nos anos que se seguiram à Guerra Fria, provocou mais mortes que todas as armas de destruição em massa no decorrer da História”. Depois da queda do “socialismo

20. Arthur M. Schlesinger Jr., *l'età di Roosevelt. La crisi del vecchio ordine 1919-1933* (1957), tradução para o italiano de Giorgio Polla, Bolonha, Il Mulino, 1995, p. 239-248.

real”, em um mundo unificado sob a hegemonia dos Estados Unidos, o embargo constitui, precisamente, a arma de destruição em massa por excelência.²¹ Os Estados Unidos estão decididos a usar esta arma também contra o povo sérvio.

Hoje, é o próprio Gorbachev que fala de “imperialismo”. Soljenistyn comparou o comportamento da Otan ao do Terceiro Reich. Não se trata de extravagância de um literato. Nos Bálcãs e na Europa Central e Oriental, a Iugoslávia é o único país que não faz parte ou não pediu para fazer parte da Aliança Atlântica: como não pensar na agressão desencadeada por Hitler contra a Iugoslávia que se recusava a aderir ao pacto anti-Komintern? Por outro lado, os discursos sobre o “protetorado do Kosovo” trazem de volta à memória os discursos análogos sobre o “protetorado da Boêmia e Morávia”, resultante do desmembramento nazista da Checoslováquia. Naturalmente, cada situação histórica possui sua particularidade. Resta o fato de que a esquerda não presta mais nenhuma atenção a personalidades às quais, no passado, ela tinha se referido com respeito e veneração, para celebrar a presumida “revolução democrática”.

O processo de recolonização em curso tem igualmente repercussões internas às metrópoles capitalistas. Nos Estados Unidos dos anos 50 e 60 uma espécie de revolução pelo alto pôe fim ao regime de discriminação e segregação racial de forma a evitar um posterior incremento, no próprio país, do movimento comunista e do movimento antiimperialista e anticolonialista fortemente influenciados pelos comunistas.²² Agora, em vez disso, assistimos a uma nova “segregação das escolas”.²³

Enfim, não se deve perder de vista o fato de que os acontecimentos do período 1989-1991 imprimiram uma fantástica aceleração às ofensivas visando não só o desmantelamento do Estado social, mas também o cancelamento formal (do catálogo de direitos) dos “direitos econômicos e sociais”: embora inscritos na Declaração da ONU de 1948, eles constituem, segundo Hayek, o ruinoso resultado da influência exercida pela “revolução marxista russa”. Se na Rússia a ofensiva neoliberal provocou, para citar Duverger, um “verdadeiro genocídio dos velhos” e a “forte queda da duração média de vida”, ela faz, cada vez mais, sentir suas graves conseqüências até no Ocidente.²⁴

21. John Mueller e Karl Mueller, “Sanctions of Mass Destruction”. *Foreign Affairs*, maio/junho de 1999, p. 43-53.

22. Domenico Losurdo, “L’universalismo difficile. Diritti dell’uomo, conflitto sociale e contenzioso geopolitico”. *Democrazia e diritto*, nº 1, 1999.

23. “A move in schools to ‘resegregation’”. *International Herald Tribune*, 14 de junho de 1999, p. 3.

24. Domenico Losurdo, “L’universalismo difficile. Diritti dell’uomo, conflitto sociale e contenzioso geopolitico”. *op. cit.*

Do complexo quadro até agora traçado, apesar da presença de tendências contraditórias, resulta que o aspecto principal das mutações políticas verificadas com o advento do século XXI é constituído pela contra-revolução e pela restauração. Mas recorrer a tais categorias não significará proceder a uma relegitimação de regimes desacreditados e cuja queda foi saudada de forma quase unânime pela opinião pública mundial? Uma espécie de recato político praticamente paralisou aqueles que na esquerda recusam-se justamente a serem tomados por nostálgicos de Brejnev e do *gulag*. Entretanto, o processo histórico é mais complexo do que o que emerge da rude alternativa implícita naquela pergunta e nas objeções por ela suscitadas. Pensemos nos acontecimentos iniciados com a revolução francesa: no momento em que se verifica aquilo que todos os manuais de História definem como sendo a Restauração, parece difícil contestar a falência do projeto ou das esperanças de 1789, aos quais se seguiram o Terror, a corrupção desenfreada dos anos posteriores ao Termidor, a ditadura militar e, depois, o Império com um imperador *condottiero* que conquista imensos territórios e os distribui a parentes e amigos, segundo um conceito patrimonial do Estado que não somente menospreza qualquer princípio de democracia, mas parece reproduzir os piores traços do Antigo Regime. Em 1814, eram, portanto, totalmente irreconhecíveis os projetos e as esperanças que tinham sido alimentados em 1789; a volta dos Bourbons representou um regime sem dúvida mais liberal do que o Terror, a ditadura militar e o império guerreiro e expansionista que tinham se seguido ao entusiasmo revolucionário. Todavia, resta o fato de que o retorno representa um momento de restauração. Considerações análogas podem ser feitas, por exemplo, no que diz respeito à primeira revolução inglesa sufocada na ditadura militar de Cromwell, já que ligada à personalidade excepcional de seus fundadores e incapaz de sobreviver a seu desaparecimento.

Não obstante tudo isso, é lícito e obrigatório aplicar a categoria de restauração ao retorno dos Bourbons e dos Stuarts que buscaram sufocar as novas tendências que procuravam, penosamente, emergir por tentativas, erros, becos sem saída, contradições, regressões, deformações de todos os tipos. Não existem motivos para proceder de forma diferente diante do período 1989-1991 que assinala o advento do século XXI. É tão somente procedendo assim que a esquerda poderá recuperar sua inteligência crítica e sua memória histórica bem como enfrentar adequadamente as vicissitudes que a esperam.